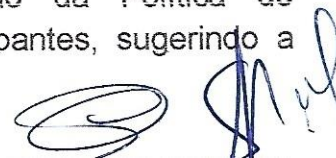


ATA DA 291.^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), quarta-feira, às 09h30min, na sala de reuniões da Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A - ECOS, situada na Rua Torquato Bahia, nº 03, 2.º andar, Comércio, Salvador, Bahia, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal Gileno Neri Afonso, José Eduardó Oliveira de Andrade e Cláudia Carvalho Calmon de Sá para, na forma do que preceitua o inciso I, do artigo 52 do Estatuto, deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia: 1) Leitura e apreciação da ata da última reunião deste Conselho; 2) Apresentação dos Balancetes dos planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida bem assim do Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativos ao mês de Outubro/2018; 3) O que ocorrer.** Presentes à reunião os Suplentes Fernando Guilherme Correia Santos, Jussara Andrade de Assis e Deíse Xavier Nobre, além da Diretora Presidente e de Seguridade, Jussara Carvalho Salustino. Para secretariar a reunião, foi convidado o advogado Marcelo Braga de Andrade. Aberta a reunião pelo Presidente Gileno Neri Afonso, passou-se à deliberação da Ordem do Dia, com os seguintes resultados: Item 1) **Leitura e apreciação da ata da última reunião deste Conselho** – Depois de lida e reputada conforme, a ata da 290.^a Reunião Ordinária deste Conselho, ocorrida em 30/10/2018 foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes àquela reunião. Item 2) **Apresentação dos Balancetes dos planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida bem assim do Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativos ao mês de Outubro/2018** – A Coordenadora Administrativa Cinara Ventura apresentou os relatórios contábeis referentes aos Balancetes do mês Outubro/2018 dos planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, bem como do Plano de Gestão Administrativa – PGA, e os resultados foram os seguintes: 1. PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (valores em R\$mil) – Ativo Total do Plano BD: R\$915.582. Resultado do mês de Outubro/2018: R\$ 7.028 (positivo). O Equilíbrio Técnico acumulado foi de R\$ 180.083; as Provisões Matemáticas apresentaram saldo no valor de R\$ 700.025, com acréscimo de R\$ 655 (constituição). Em seguida, o Coordenador de Seguridade Tobias Abreu destacou os principais aspectos referentes às movimentações das reservas, destacando que ocorreu o encerramento de 01 benefício de aposentadoria, com início da respectiva pensão, ressaltando a diferença de idade entre aposentado e sua pensionista. Foi concedido um de 01 benefício de aposentadoria antecipada para um participante Ativo. No total, o quadro social encerrou Outubro/2018 com 825 associados. Apresentou, também, quadros explicativos do cálculo interno de recorrência das Provisões Matemáticas do Plano BD, feito pela ECOS, explicando as variáveis e seus impactos no resultado do mês, para facilitar o entendimento do comportamento das provisões matemáticas. A variação do INPC foi de 0,40%, a meta atuarial foi de 0,7890% e o efeito da variação dos SRB's nos encargos médios dos benefícios foi de -1,4716%. Em seguida, trouxe o Quadro contendo os falecimentos no ano, num total de 13 óbitos, com idade média de 77,4 anos, e apresentou Quadro demonstrando a posição da Carteira de Empréstimos a Participantes, com a posição de saldo devedor por faixa etária, além do Fundo de Risco para acompanhamento. 2 - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (valores em R\$): Ativo Total do Plano CD: R\$ 6.011.447; as Provisões Matemáticas apresentaram saldo, em Outubro/2018, no valor de R\$ 5.807.528, com acréscimo de R\$ 181.712 (constituição). O quadro social não teve nenhuma



movimentação e encerrou o mês com 50 (cinquenta) participantes e 02 (dois) assistidos. 3 – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA (valores em R\$): Total do Ativo em Outubro/2018: R\$ 1.080.633; Receitas no valor de R\$ 592.023 e Despesas no valor de R\$ 593.508 e o Fundo Administrativo com saldo no valor de R\$ 172.217. O Coordenador Financeiro Sérgio de Jesus apresentou alguns dos principais indicadores financeiros e a evolução da rentabilidade do patrimônio do 1 - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO comparada com a meta atuarial que apresentou resultado de 0,79% em Outubro/2018, a TIR Bruta dos Investimentos foi de 1,56% nesse mesmo período. Seguiu com a comparação do comportamento do IPCA e IGPM nos últimos meses, destacando os percentuais do patrimônio investidos de acordo com cada um dos índices de correção. Apresentou Quadro Comparativo dos investimentos, com destaque para Investimentos Estruturados, Renda Variável e Imóveis. Na Renda Variável, destacou a alocação de aproximados R\$9 milhões, efetuada pelo Comitê de Investimentos para trazer a carteira de volta ao patamar de 7,5% do patrimônio do Plano, atendendo às recomendações do estudo de ALM realizado em 2017. Quanto aos Estruturados, que têm apresentado excelentes resultados em 2018, apresentou os resultados de cada Fundo no mês e no ano. No que diz respeito aos Imóveis, informou o recebimento de R\$240mil de Lojas Insinuante (Grupo Máquina de Vendas), tendo o advogado Marcelo Braga informado que foi obtida liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo autorizando o prosseguimento das ações de despejo, suspendendo apenas a execução das sentenças, e que especificamente quanto ao imóvel Pituba, foi obtida uma outra liminar, desta vez em agravo junto ao Tribunal de Justiça da Bahia, autorizando a execução da sentença de despejo, e que assim que o juízo de origem for informado, a ECOS avaliará os riscos de seguir com a execução do despejo liminar. No que diz respeito ao Edifício Garagem, o Coordenador Financeiro informou que diante da decisão do Conselho Deliberativo de rejeitar a proposta de compra que recebemos, foi analisada proposta de acordo efetuada pelo atual inquilino (Multipark) e, juntamente com a sócia BASES, foi formulada uma contraproposta visando o pagamento do débito e a devolução do imóvel, contraproposta esta ainda não respondida pelo inquilino. O advogado Marcelo Braga informou que aguardamos julgamento do mérito do nosso agravo pleiteando o despejo liminar e, em primeiro grau, o processo já está pronto para sentença, inclusive com julgamento antecipado já anunciado pela juíza. O Conselheiro Eduardo Andrade registrou, a título de controles internos, que observou no relatório semestral, elaborado pela Diretoria Executiva, referente ao primeiro semestre de 2018, instrumento que servirá como embasamento para o relatório de manifestação do Conselho Fiscal, que no item - macro alocação por segmento – o limite máximo de alocação do segmento imobiliário, consignado na política de investimentos ficou menor que o efetivamente alocado, haja vista a nova legislação, (Res. CMN/4.661), que considera o CRI.(Certificado de Recebíveis Imobiliários) como ativo deste segmento. O Coordenador Financeiro agradeceu a observação do Conselheiro, mas adiantou sua opinião no sentido de que não enxerga como problema relevante o referido desenquadramento, por tratar-se de uma mudança conceitual derivada de uma legislação que passou a vigor a partir do mês de maio, final do primeiro semestre, período de referência do relatório do Conselho Fiscal. Por outro lado, o Coordenador ficou de discutir com a Diretoria Executiva a necessidade de alteração da Política de Investimentos, pois já estamos no final do exercício. Demais disso, o Conselheiro Eduardo Andrade sugeriu que, quando da elaboração da Política de Investimentos, seja avaliado o limite mínimo de Empréstimos a Participantes, sugerindo a



substituição do limite atual de 1% por limite mínimo 0%, já que não é possível ter controle total sobre o interesse do assistido na contratação de empréstimos. 2 – PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, apresentou igualmente as alocações por segmento, explicitando as características de cada Fundo, e concluiu informando que, no mês de Outubro/2018, a rentabilidade da Carteira Conservadora foi de 0,53% e a Carteira Arrojada apresentou rentabilidade de 1,10%. Informou que, a partir de 2019, serão implantadas Políticas de Investimentos por Perfil, em atendimento à Resolução CMN n.º 4661/2018. Após os devidos esclarecimentos, o Conselho Fiscal aprovou os balancetes dos Planos de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Definida (CD) bem como do Plano de Gestão Administrativa (PGA) referentes ao mês de Outubro de 2018. 3) **O que ocorrer – Estudos Técnicos (Adequação da hipótese de taxa de juros e Adequação das Hipóteses Atuariais, ambos do Plano ECOS BD)** – A Diretora Presidente e de Seguridade, Jussara Salustino, entregou aos Conselheiros o Relatório Complementar RN/ECOS n.º 006/2018, elaborado pela Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária, contendo Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais 2018 – Composição Familiar Plano ECOS BD. Tal Relatório complementa e quantifica os impactos nas provisões decorrentes do quanto sugerido pela Rodarte Nogueira no Relatório RN/PLANO ECOS BD n.º 005/2018 (Relatório do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais do Plano ECOS BD), e apresenta proposta de incorporação parcelada do aumento previsto para as Provisões Matemáticas, que reflete a posição da Diretoria Executiva da entidade sobre o tema. Destacou que enviará aos Conselheiros, por email, para análise e emissão de Parecer, nos termos da Instrução Normativa PREVIC 23/2015, os Relatórios RN/ECOS n.º 004/2018, de 20.08.2018 (Estudo de Adequação da Taxa de Juros), RN/PLANO ECOS BD n.º 005/2018, de 21.09.2018 (Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais – 2018) e o Relatório Complementar RN/ECOS n.º 006/2018 (Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais 2018 – Composição Familiar Plano ECOS BD), e reiterou a importância da presença de todos na apresentação que será realizada hoje à tarde pelo Atuário João Rodarte para os Conselhos Fiscal e Deliberativo, conforme contido na convocação, já tratará especialmente do quanto contido nestes Relatórios, em especial da necessidade de adequação das hipóteses atuariais. **Sem registros. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual eu, Marcelo Braga de Andrade, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Salvador/BA, 28/11/2018.//



Gileno Neri Afonso
Presidente



José Eduardo Oliveira de Andrade
Conselheiro



Cláudia Carvalho Calmon de Sá
Conselheira